



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |  |                                                                                             |                                                 |                                                       |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--|
|  <p>Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República<br/>Secretaria de Racionalização e Simplificação<br/>Departamento de Registro Empresarial e Integração<br/>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais</p> |  |                                                                                             | <p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p> |                                                       |  |
| <p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31300026426</p>                                                                                                                                                                                                        |  | <p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2046</p> |                                                 | <p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p> |  |

**1 - REQUERIMENTO**

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

**Nº FCN/REMP**  
  
J163892354053

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO          |
|------------|---------------|------------------|------|------------------------------------|
| 1          | 980           |                  |      | ESCRITURA DE EMISSAO DE DEBENTURES |
|            |               |                  |      |                                    |
|            |               |                  |      |                                    |
|            |               |                  |      |                                    |
|            |               |                  |      |                                    |

**POUSO ALEGRE**  
Local

**18 Outubro 2016**  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

**Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):**

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO    / /    \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

☐ NÃO    / /    \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

Processo em Ordem À decisão

/ /  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

|                                                                                                                                                                                                                      |                          |                          |                          |                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)<br><input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.<br><input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. | 2ª Exigência             | 3ª Exigência             | 4ª Exigência             | 5ª Exigência             |
|                                                                                                                                                                                                                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

/ /  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

|                                                                                                                                                                                                                      |                          |                          |                          |                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)<br><input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.<br><input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. | 2ª Exigência             | 3ª Exigência             | 4ª Exigência             | 5ª Exigência             |
|                                                                                                                                                                                                                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

/ /  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 16/598.194-6              | J163892354053                        | 07/10/2016 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                           |
|----------------------------------|---------------------------|
| CPF                              | Nome                      |
| 092.480.538-23                   | MARIA DE CASTRO MICHIELIN |



Belo Horizonte. Terça-feira, 18 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/104



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 16/598.194-6        | J163892354053                        | 07/10/2016 |

### Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF            | Nome                      |
|----------------|---------------------------|
| 092.480.538-23 | MARIA DE CASTRO MICHIELIN |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PODENDO SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**

Pelo presente instrumento,

**AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**, companhia aberta com sede na Rodovia Fernão Dias (BR-381), Pista Norte, km 850, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.326.342/0001-70, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

**ARTERIS S.A.**, companhia aberta com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 9º andar, Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.919.555/0001-67, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Acionista"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures desta emissão ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

sendo a Emissora, a Acionista e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.



## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorização da Emissão e da Constituição e Compartilhamento das Garantias pela Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, ambas realizadas em 21 de dezembro de 2015 e 23 de agosto de 2016 ("Atos Societários da Emissora"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo, da cessão fiduciária prevista na Cláusula 4.16.1, item (i), abaixo; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nos itens "a" e "b" acima, em conformidade com o disposto no artigo 59, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### 1.2. Autorização da Constituição e Compartilhamento da Garantia pela Acionista

1.2.1. A concessão do penhor de ações previsto na Cláusula 4.16.1, item (ii), abaixo, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo, e a assunção das Obrigações de Pagamento, definidas na Cláusula 4.20 abaixo, e das obrigações descritas nas Cláusulas 4.17.2 e 6.2 abaixo, em especial a de efetivar os aportes, foram aprovadas com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Acionista, realizada em 3 de março de 2016.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:





## **2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora**

2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas dos Atos Societários da Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia” (“Jornais de Publicação da Emissora”).

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, bem como serão publicados nos Jornais de Publicação da Emissora.

## **2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Acionista**

2.2.1. A ata da Reunião do Conselho de Administração da Acionista referida na Cláusula 1.2 acima será arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”.

## **2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão protocolizados para inscrições ou averbação, conforme o caso, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via eletrônica (PDF) desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos contendo o respectivo comprovante de inscrição ou averbação, conforme o caso, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva inscrição ou averbação, conforme o caso.

## **2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto,



automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

- 2.4.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

## **2.5. Registro das Garantias**

- 2.5.1. O Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor a que se referem a Cláusula 4.16.1 abaixo e o Contrato de Compartilhamento de Garantias, a que se refere a Cláusula 4.19.1, assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados nos respectivos instrumentos no prazo de até 20 (vinte) dias contados da respectiva celebração, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos respectivos instrumentos devidamente registrados nos cartórios competentes dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do último registro.
- 2.5.2. O penhor de ações e o Contrato de Penhor, a que se referem a Cláusula 4.16.1(ii) abaixo, serão averbados nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido à Acionista enquanto as ações da Emissora forem escriturais, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura do respectivo contrato, observado o disposto nas Cláusulas 2.5.2.1 e 4.16.5 abaixo.
- 2.5.2.1. A Emissora e/ou a Acionista entregarão ao Agente Fiduciário cópia integral e autenticada da declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, evidenciando a referida averbação, em até 5 (cinco) Dias Úteis após as respectivas averbações.

## **2.6. Depósito para Distribuição e Negociação**

- 2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:



- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.6.3 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **2.7. Enquadramento do Projeto**

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido na Cláusula 3.8.1 abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério dos Transportes, por meio da Portaria nº 622, expedida pelo Ministério dos Transportes em 05 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2016 ("Portaria", anexa à presente Escritura de Emissão como "Anexo I").

## **2.8 Autorização pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT**

2.8.1 Nos termos do artigo 9º, inciso (iii), do Estatuto Social da Emissora, a presente Emissão foi prévia e expressamente autorizada por escrito pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("ANTT"), conforme Deliberação Nº 100, de 6 de abril de 2016.

## **CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**





### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social única e exclusivamente a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-381/MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e com o Contrato de Concessão de Serviço Público, precedida da Execução de Obra Pública ("Contrato de Concessão"), celebrado, em 14 de fevereiro de 2008, entre a Emissora e a União, por Intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("Poder Concedente").

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Data de Emissão

3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de maio de 2016 ("Data de Emissão").

### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### 3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão é de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de melhores esforços de colocação, para o montante total de 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures, com a intermediação do **Banco BTG Pactual S.A. e Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.** ("Coordenadores", sendo o **Banco BTG Pactual S.A.**, para os fins previstos na Instrução CVM 476, o "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não



Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Quarta Emissão da Autopista Fernão Dias S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). A oferta das Debêntures não será objeto de distribuição parcial.

3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo certo que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites acima.

3.6.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM no 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM no 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido



aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

- 3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, entre outros, que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.16.1 abaixo).
- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 1 (um) dia útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.6.6. Não existirão reservas antecipadas nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Profissionais.
- 3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em subscrever as Debêntures.
- 3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador**

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo



Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar e escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

### 3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para execução de diversas obras ao longo da Rodovia BR-381/MG/SP, trecho entre Belo Horizonte - MG e São Paulo - SP, obras de ruas laterais, terceiras faixas e incluindo obras de recuperação; novas obras de ruas laterais, terceiras faixas e trevos; melhorias de acessos e interseções existentes; passarelas; sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, comunicação e atendimento ao usuário; barreiras de concreto e defensas metálicas; obras de combate a enchentes; balanças fixas e móveis; e reforma da sede e de centro de controle operacional nos Estados de Minas Gerais e São Paulo ("Projeto"), conforme detalhado abaixo:

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo do Projeto</b>       | Execução de diversas obras ao longo da Rodovia BR-381/MG/SP, trecho entre Belo Horizonte - MG e São Paulo - SP, obras de ruas laterais, terceiras faixas e incluindo obras de recuperação; novas obras de ruas laterais, terceiras faixas e trevos; melhorias de acessos e interseções existentes; passarelas; sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, comunicação e atendimento ao usuário; barreiras de concreto e defensas metálicas; obras de combate a enchentes; balanças fixas e móveis; e reforma da sede e de centro de controle operacional nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. |
| <b>Data de início do Projeto</b> | Janeiro de 2014.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Fase atual do Projeto</b>     | Execução de ruas laterais, passarelas, terceiras faixas, obras de recuperação, melhorias de acesso e outros investimentos na Fernão Dias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |



|                                                                                               |                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto</b>       | Os custos totais de investimento no Projeto estão estimados em aproximadamente R\$785.000.000,00 (setecentos e oitenta e cinco milhões de reais). |
| <b>Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto</b>                                     | R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais).                                                                                             |
| <b>Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures</b>                         | Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para pagamento futuro e/ou o reembolso dos custos de implantação do Projeto. |
| <b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures</b> | As Debêntures representam aproximadamente 8,3% (oito inteiros e três décimos por cento) dos usos totais estimados do Projeto.                     |

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados.
- 4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, podendo ser convolada em espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, observado o disposto na Cláusula 4.17 abaixo.
- 4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo considerada "Data de Subscrição", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da



primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data de Subscrição será o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a data de sua efetiva integralização.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou de resgate antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures conforme Cláusula 5.7, 4.10, 4.11 abaixo, respectivamente, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive ao artigo 1º da Resolução nº 3.947 do Conselho Monetário Nacional, as Debêntures terão prazo de vigência até 15 de setembro de 2026 (“Data de Vencimento das Debêntures”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures.

#### 4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

##### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado (“IPCA”), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Subscrição até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Sendo:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização e





incorporação de juros e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Sendo:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Subscrição ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 de cada mês e, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a Data de Aniversário das Debêntures o Nlk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nlk na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”, respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Sendo:

$NI_{kp}$  = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

- 4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo



de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quorum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverá ser resgatada antecipadamente e, conseqüentemente, cancelada pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definidas abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última projeção disponível divulgada pela ANBIMA da variação percentual do IPCA.

4.2.1.5. Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo



retroativamente à Data de Aniversário, conforme definida na Cláusula 4.2.1.1 acima, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios de 7,5284% (sete inteiros e cinco mil duzentos e oitenta e quatro décimos de milésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”), correspondentes à soma exponencial: (i) do percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 2024 (“Tesouro IPCA + 2024”), verificada no dia 16 de maio de 2016, correspondente a 5,7310% (cinco inteiros e sete mil trezentos e dez décimos de milésimos por cento) e (ii) de uma sobretaxa de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Sendo:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$



Sendo:

Taxa = 7,5284 (sete inteiros e cinco mil duzentos e oitenta e quatro décimos de milésimos);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição, Data de Incorporação imediatamente anterior ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

#### 4.3. Período de Capitalização e Capitalização de Juros Remuneratórios

4.3.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Incorporação imediatamente anterior ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, conforme o caso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.3.2. Os Juros Remuneratórios serão apurados semestralmente, sempre nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano (cada uma dessas datas, uma “Data de Incorporação” ou uma “Data de Pagamento de Juros Remuneratórios”, conforme aplicável), sendo certo que:

- (i) os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 15 de março de 2018 serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado;
- (ii) entre 15 de setembro de 2018 (data do primeiro pagamento) e 15 de setembro de 2021, os Juros Remuneratórios passarão a ser parcialmente pagos e parcialmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado, na seguinte proporção:

| Em                     | Percentual dos Juros Remuneratórios devidos a serem pagos | Percentual dos Juros Remuneratórios devidos a serem incorporados ao Valor Nominal Atualizado |
|------------------------|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 15 de setembro de 2018 | 50,00%                                                    | 50,00%                                                                                       |
| 15 de março de 2019    | 50,00%                                                    | 50,00%                                                                                       |
| 15 de setembro de 2019 | 50,00%                                                    | 50,00%                                                                                       |
| 15 de março de 2020    | 50,00%                                                    | 50,00%                                                                                       |
| 15 de setembro de 2020 | 50,00%                                                    | 50,00%                                                                                       |



|                        |        |        |
|------------------------|--------|--------|
| 15 de março de 2021    | 50,00% | 50,00% |
| 15 de setembro de 2021 | 50,00% | 50,00% |

- (iii) a partir da apuração realizada em 15 de março de 2022, os Juros Remuneratórios passarão a ser integralmente pagos, devendo todos os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrer sucessivamente nas mesmas datas de pagamento das parcelas de amortização, conforme previstas na Cláusula 4.4.1 abaixo, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures.

4.3.3. A incorporação parcial dos Juros Remuneratórios que ocorrerá em 15 de setembro de 2018 até 15 de setembro de 2021, nos termos do item (ii) da Cláusula 4.3.2 acima, respeitará a seguinte fórmula:

$$JI = (VNa \times (Fator Juros - 1)) * I$$

Sendo:

JI = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, que serão incorporados, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

I = percentual dos juros a serem incorporados, a ser aplicado de acordo com o item (ii) da Cláusula 4.3.2 acima.

4.3.4. Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

#### **4.4. Amortização do Valor Nominal Atualizado**

4.4.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma descrito na 1ª coluna da tabela a seguir (“Datas de Amortização das Debêntures”) e percentuais dispostos na 2ª (segunda) coluna da tabela a seguir (“Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado”), sendo os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir (“Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado”) meramente referenciais, calculados de acordo com a proporção do Valor





Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 2ª (segunda) coluna:

| Data de Amortização    | Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser amortizado* | Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado** |
|------------------------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| 15 de março de 2022    | 3,0000%                                                  | 3,00%                                                  |
| 15 de setembro de 2022 | 4,1237%                                                  | 4,00%                                                  |
| 15 de março de 2023    | 8,6022%                                                  | 8,00%                                                  |
| 15 de setembro de 2023 | 9,4118%                                                  | 8,00%                                                  |
| 15 de março de 2024    | 16,2338%                                                 | 12,50%                                                 |
| 15 de setembro de 2024 | 19,3798%                                                 | 12,50%                                                 |
| 15 de março de 2025    | 26,9231%                                                 | 14,00%                                                 |
| 15 de setembro de 2025 | 36,8421%                                                 | 14,00%                                                 |
| 15 de março de 2026    | 50,0000%                                                 | 12,00%                                                 |
| 15 de setembro de 2026 | Saldo do Valor Nominal Atualizado                        | 12,00%                                                 |

\* Percentuais destinados ao cálculo da amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures a ser informado com 4 (quatro) casas decimais.

\*\* Percentuais destinados a fins meramente referenciais.

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros



moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Repactuação**

4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.10. Resgate Antecipado Facultativo**

4.10.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto na Resolução do CMN nº 4.476, de 11 de abril de 2016, após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2020, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

4.10.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total, deverá ser precedido de envio de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, ou comunicação a ser publicada e amplamente divulgada, nos termos da Cláusula 4.13.1, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total, o qual deverá ser calculado conforme item 4.10.5 adiante; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

4.10.3. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito nos termos da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão.



4.10.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

4.10.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo") será o maior valor entre (A) e (B):

(A) Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures desde a Data de Subscrição, ou da última Data de Incorporação ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total;

(B) soma (a) do valor de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário vincendas após a data do Resgate Antecipado Facultativo e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, da Tesouro IPCA+ 2024 e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos) ao ano, base 252 Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

$$B = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VNeK}{FVPk} \times Cresgate \right)$$

Onde:

VNek = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao valor de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios desde a data do Resgate Antecipado Facultativo até a data de cada pagamento "k" em questão apurado conforme cláusula 4.2.2.2;

N= número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, conforme o caso, sendo "n" um número inteiro;

Cresgate = fator da variação acumulada do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Subscrição até a Data de Resgate Antecipado;

FVP<sub>k</sub> = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = (1 + \text{fator})^{\frac{nk}{252}}$$

fator = taxa anual indicativa divulgada pela ANBIMA para a Tesouro IPCA+ 2024, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

nk = número de dias úteis entre a Data de Resgate Antecipado, exclusive, e a data programada de cada parcela "k" vincenda, inclusive.

- 4.10.5.1. Caso a Tesouro IPCA+ 2024 citada na Cláusula 4.10.5 acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado Facultativo, a mesma será substituída pela Tesouro IPCA+ que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao vencimento das Debêntures.

#### **4.11. Oferta de Resgate**

- 4.11.1. A Emissora poderá, observado o disposto na Resolução do CMN nº 4.476, de 11 de abril de 2016, após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2020, realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado").

- 4.11.2. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser precedida de envio de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, ou comunicação a ser publicada e amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.13.1 abaixo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pretende realizar o pagamento da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (ii) o prêmio de resgate antecipado, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (iii) a forma e prazo de manifestação à Emissora pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, prazo este que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias contados da Comunicação de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate



antecipado e o pagamento das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicarem seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado.

4.11.3. A Emissora deverá, após o término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, comunicar a CETIP através de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, da realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento referente à Oferta de Resgate Antecipado.

4.11.4. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito nos termos da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão.

4.11.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

4.11.6. Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado devido deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição, última Data de Incorporação ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicável, até a data do efetivo resgate, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Valor do Resgate Antecipado").

#### **4.12. Aquisição Facultativa**

4.12.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta cláusula poderão: (i) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii)



permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária e aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

#### **4.13. Publicidade**

4.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos divulgados nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476, sendo certo que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo de publicação e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### **4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, no qual serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.15. Tratamento Tributário**

4.15.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, tal Debenturista deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa





imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.15.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.15.4. Caso a Emissora não utilize os recursos auferidos com a Emissão na forma prevista na Cláusula 3.8 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

4.15.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431:

(i) por motivo imputável à Emissora, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer aos pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes, ou

(ii) por motivo não imputável à Emissora, a Emissora poderá realizar uma oferta de resgate antecipado, conforme previsto na cláusula 4.11 acima, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, sendo certo que os Debenturistas que não aderirem a referida oferta passarão a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos em razão da perda do tratamento tributário previsto na Lei 12.431. Caso a Emissora opte por não realizar a oferta de resgate antecipado acima referida, ou esta, por qualquer razão, não seja concretizada, a Emissora deverá



arcar com os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, nos termos do item (i) acima.

#### **4.16. Garantias Reais**

4.16.1. Como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, conforme indicado nos respectivos instrumentos ("Garantias Reais"), para assegurar, até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo, o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na constituição, formalização, excussão e/ou execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão ("Valor Garantido"):

(i) cessão fiduciária, pela Emissora, nos termos do artigo 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei 8.987") e §3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e demais disposições aplicáveis, em caráter irrevogável e irretratável, de todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, inclusive os abaixo descritos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e o Itaú Unibanco S.A., em 4 de julho de 2011 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), que será aditado para prever o compartilhamento da cessão fiduciária aqui prevista, com o ingresso do Agente Fiduciário como parte, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária"):

(a) todos os direitos emergentes da concessão para exploração do Lote Rodoviário 05 da Rodovia BR-381, no trecho entre Belo Horizonte e São Paulo formalizada por meio do Contrato de Concessão, de acordo com os artigos 1.431 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e conforme permitido pelo artigo 28 da Lei 8.987 e pelo item 17.50 do Contrato de Concessão. Dentre os direitos emergentes da concessão destacam-se: (a.1) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora,



incluindo, mas não se limitando, todas as indenizações pela extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão; (a.2) o direito de explorar a própria concessão, nos termos do artigo 27, §2º, da Lei 8.987, e nos termos previstos no Contrato de Concessão, especialmente todas as outras receitas não especificamente abrangidas no item (a.i) acima; e (a.3) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da referida concessão;

- (b) parcela dos direitos creditórios da Emissora, presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando, as receitas de pedágio e demais receitas acessórias, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, assegurado o valor para o pagamento essencial ao cumprimento pela Emissora das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, nos termos do artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
  - (c) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos no sistema de contas bancárias, conforme estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária e no Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária e descrito na Cláusula 4.18 abaixo.
- (ii) penhor, pela Acionista, em caráter irrevogável e irretratável, da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da Emissora de titularidade da Acionista, incluindo frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora, bem como de quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pela Acionista, nos termos do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Emissora, o BNDES, a Acionista e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor");



- 4.16.2. Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Contratos de Garantia” o Contrato de Cessão Fiduciária, o Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor, quando referidos em conjunto.
- 4.16.3. A Emissora e a Acionista, conforme o caso, obrigam-se a constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia, que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e executar as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos.
- 4.16.4. A Emissora obriga-se a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência do Poder Concedente a respeito das referidas cessões fiduciárias mencionadas na Cláusula 4.16.1, item (i), acima, mediante notificação a ser efetuada nos termos e prazos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária.
- 4.16.5. A Emissora obriga-se, ainda, a providenciar a averbação do respectivo penhor de ações descrito na Cláusula 4.16.1, item (ii), acima nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido à Acionista, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura do Contrato de Penhor. Ainda, após as referidas averbações, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, cópia autenticada e integral da declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas averbações.
- 4.16.6. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, incluindo os devidos registros e averbações nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e nos respectivos “livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração de ações, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e nos referidos Contratos de Garantia, e a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos cedidos fiduciariamente, nos termos informados na Cláusula 4.16.4 acima. Para tanto, a Emissora entregará ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 2.5 acima: (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia devidamente registrados; (ii) cópia autenticada e integral da declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração



das ações da Emissora, evidenciando a anotação referida na Cláusula 4.16.5 acima; e (iii) a comprovação da ciência do Poder Concedente acerca dos direitos cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados na Cláusula 4.16.4 acima.

4.16.7. Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.

4.16.8. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16.9. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.

4.16.10. As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pela Acionista, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias Reais, a serem firmados entre Emissora, Acionista, Agente Fiduciário, BNDES e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável, exceto pelo disposto na Cláusula 4.17.1 abaixo.

#### **4.17. Fianças Bancárias**

4.17.1. **Substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária.** A Emissora poderá efetuar, sem anuência prévia dos Debenturistas, a liquidação antecipada total das dívidas do (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0478.1, celebrado com o BNDES em 4 de julho de 2011, na modalidade FINEM (“Contrato de Financiamento 2011”); e (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 15.2.0765.1 celebrado com o BNDES em 1º de fevereiro de 2016, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento 2015”, e, em conjunto com o Contrato de Financiamento 2011, os “Contratos de Financiamento com o BNDES”), caso substitua as Garantias Reais, em sua totalidade, por uma ou mais cartas de fiança, expedidas conforme



modelo constante do “Anexo II” à presente Escritura de Emissão, e nos termos desta Cláusula 4.17.1, a serem prestadas por instituições financeiras que possuam *rating* mínimo em escala global ou em escala local, atribuído pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's, na data da emissão da carta de fiança, de no máximo 2 (dois) *notches* abaixo do *rating* soberano atribuído ao Brasil pela respectiva agência (“Fiança Bancária”).

- 4.17.1.1. A liquidação antecipada das dívidas dos Contratos de Financiamento sem a substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária, conforme estabelecido nesta Cláusula, dependerá de prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.
- 4.17.1.2. A Fiança Bancária poderá ser firmada por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo II a esta Escritura de Emissão, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Afiançadas garantidos em cada carta de fiança, assegurar o pagamento de 100% (cem por cento) das Obrigações Afiançadas (conforme abaixo definidas).
- 4.17.1.3. As instituições financeiras prestadoras das fianças bancárias se responsabilizarão na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, juntamente com a Emissora, e respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento a título de amortização do respectivo valor nominal, Atualização Monetária, Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios aplicáveis, bem como as demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive custos, honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução da Fiança Bancária (“Obrigações Afiançadas”).
- 4.17.1.4. A Fiança Bancária deverá ser emitida com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, devendo ser renovada ou substituída, por igual período, nos termos da Cláusula 4.17.1.5 abaixo, de forma que a Fiança Bancária sempre esteja em vigor até a liquidação integral das Debêntures.
- 4.17.1.5. Na hipótese de a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento da Fiança Bancária, a Emissora deverá renová-la ou substituí-la, por nova Fiança Bancária até o 15º (décimo quinto) Dia Útil antes de sua data de vencimento, com os mesmos termos e condições da Fiança Bancária originalmente emitida, por





um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, junto a quaisquer das instituições financeiras que possua *rating* mínimo em escala global ou em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's, na data da emissão da carta de fiança, de no máximo 2 (dois) *notches* abaixo do *rating* soberano atribuído ao Brasil pela respectiva agência. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento das fianças bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até a liquidação integral das Debêntures, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1, alínea (f) abaixo.

- 4.17.1.6. Caso as Garantias Reais venham a ser substituídas pela Fiança Bancária, o Agente Fiduciário fica obrigado a entregar a Emissora o termo de liberação das Garantias Reais e dos Contratos de Garantia no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da solicitação da Emissora nesse sentido, sendo certo que, em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação das Garantias Reais (i) após o recebimento das respectivas cartas de fiança, emitidas nos termos desta Cláusula 4.17.1 e do Anexo II; e (ii) caso não tenha conhecimento acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou, caso tenha notificado a Emissora previamente à liberação das Garantias Reais acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.17.1.7. Caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial da Fiança Bancária quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, em caso de não quitação integral das Debêntures na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.17.1.8. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação da Fiança Bancária em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Emissora.
- 4.17.1.9. Caso os Contratos de Financiamento com o BNDES sejam pré-pagos ou liquidados antecipadamente com a substituição das Garantias Reais pela Fiança Bancária, nos termos desta Cláusula, as seguintes obrigações previstas na presente Escritura de Emissão deixarão de ser exigíveis ou eficazes: (i) manutenção de SALDO DEVEDOR (conforme definido abaixo) inferior a 15% (quinze por cento) da Receita Bruta (conforme definido



abaixo), para os fins previstos nas Cláusulas 4.17.2 e 5.1, alínea (m), abaixo; (ii) manutenção de relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total igual ou superior a 20% (vinte por cento), para os fins previstos na Cláusula 5.1, alínea (n), subitem (ii), e alínea (p), subitem (ii); e (iii) manutenção de ICSD (conforme definido abaixo) igual ou inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), para os fins previstos na Cláusula 5.1, alínea (n), subitem (iii), alínea (o) e alínea (p), subitem (ii).

4.17.1.10. Para o fim de formalizar o disposto nesta Cláusula, a Emissora, a Acionista e o Agente Fiduciário ficam autorizados a assinar um aditamento à Escritura de Emissão para alterar a espécie das Debêntures de com garantia real, para quirografária, com garantia adicional fidejussória, para refletir o disposto na Cláusula 4.17.1.9 acima, bem como para refletir a liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento com o BNDES, conforme previsto acima, nos termos do “Anexo III” à presente Escritura de Emissão, independentemente da realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e de Assembleia Geral da Acionista e de Assembleia Geral de Debenturistas. A celebração do referido aditivo deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da(s) carta(s) de fiança pelo Agente Fiduciário.

4.17.2. **Fiança Bancária por Endividamento Acima do Limite.** Caso a Emissora apresente, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas, “SALDO DEVEDOR” que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta, a ser aferido trimestralmente pelas apurações previstas na Cláusula 6.1, alínea (a), itens (i) e (ii), fica a Acionista solidariamente obrigada a, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, apresentar uma ou mais cartas de fiança, expedidas conforme modelo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão, a serem prestadas por instituições financeiras que possuam *rating* mínimo em escala global ou em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's (“Fiança Acionista”), na data da emissão da carta de fiança, de no máximo 2 (dois) *notches* abaixo do *rating* soberano atribuído ao Brasil pela respectiva agência, devendo as instituições financeiras fiadoras obrigarem-se na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras de todas as Obrigações Afiançadas, conforme acima definidas, sob pena de se configurar Evento de Inadimplemento, nos termos da alínea (m) da Cláusula 5.1. abaixo.

4.17.2.1. Exclusivamente para o fim de verificação do SALDO DEVEDOR, adotam-se as seguintes definições:



- a. RECEITA BRUTA: receita bruta anual apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação apresentada nos termos da Cláusula 6.1, alínea (a), item (i) abaixo, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- b. SALDO DEVEDOR: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista ou outras dívidas, incluindo emissão de títulos e valores mobiliários, sempre que forem realizadas com qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de dívida; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente do Contrato de Financiamento 2011, do Contrato de Financiamento 2015, do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora, e desta Escritura de Emissão. Para fazer jus a qualquer destas exclusões, a Emissora deverá segregar tais valores em todas as demonstrações financeiras remetidas ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.1, alínea (a), itens (i) e (ii) abaixo.

4.17.2.2. A Fiança Acionista poderá ser firmada por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo II a esta Escritura de Emissão, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Afiançadas garantidos em cada carta de fiança, assegurar o pagamento de 100% (cem por cento) das Obrigações Afiançadas, devendo as instituições financeiras prestadoras das fianças bancárias se responsabilizarem na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, juntamente com a Emissora, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Afiançadas.

4.17.2.3. A Fiança Acionista deverá ser emitida com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, devendo ser renovada ou substituída, por igual período, nos termos da Cláusula 4.17.2.4 abaixo, de forma que a Fiança Acionista sempre esteja em vigor até a liquidação integral das Debêntures.



4.17.2.4. Na hipótese de a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento da Fiança Acionista, a Acionista (ou a Emissora) deverá renová-la ou substituí-la, por nova Fiança em até 15 (quinze) Dias Úteis antes de sua data de vencimento, com os mesmos termos e condições da Fiança Acionista originalmente emitida, por um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, junto a quaisquer das instituições financeiras que possuam *rating* mínimo em escala global ou em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's, na data da emissão da carta de fiança, de no máximo 2 (dois) *notches* abaixo do *rating* soberano atribuído ao Brasil pela respectiva agência. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento das fianças, para que as Debêntures permaneçam garantidas até a liquidação integral das Debêntures, independentemente do restabelecimento, pela Emissora, do SALDO DEVEDOR para um percentual igual ou inferior a 15% da Receita Bruta, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1, alínea (g) abaixo.

4.17.2.5. Caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial da Fiança Acionista quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, em caso de não quitação integral das Debêntures na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.17.2.6. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação da Fiança Acionista em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Acionista.

#### **4.18. Administração de Contas**

4.18.1. A Emissora obriga-se a constituir e manter, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e do Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, até a integral liquidação das Debêntures e dos Contratos de Financiamento com o BNDES:

(i) "Conta Centralizadora": conta corrente de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Operador, conforme definido no Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, na qual serão depositados diariamente pela Emissora, em moeda corrente, todos os recursos



provenientes da cobrança de pedágio, independentemente da sua forma de cobrança;

(ii) “Conta Pagamento TJLP”: conta corrente de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Operador, para a qual será transferido diariamente da Conta Centralizadora, pelo Banco Operador, ao final de cada expediente bancário, o equivalente a 49% (quarenta e nove por cento) do total dos recursos depositados nesta conta, até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 esse percentual passará para 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 passará para 38% (trinta e oito por cento) até 31 de dezembro de 2024. A partir de 01 de janeiro de 2025 passará para 16% (dezesesseis por cento) até o cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamento com o BNDES;

(iii) “Conta Pagamento Debêntures”: conta corrente de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Operador para a qual será transferido diariamente, a partir do dia 15 subsequente à Data de Subscrição, da Conta Centralizadora, pelo Banco Operador, ao final de cada expediente bancário, o equivalente a 2% (dois por cento) do total dos recursos depositados nesta conta, até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 esse percentual passará para 5% (cinco por cento) até 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 passará para 8% (oito por cento) até 31 de dezembro de 2024. A partir de 01 de janeiro de 2025 passará para 14% (quatorze por cento) até o cumprimento das obrigações desta Escritura de Emissão;

(iv) “Conta Reserva TJLP”: conta corrente de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Operador, para a qual será transferido pelo Banco Operador o saldo da Conta Pagamento TJLP que exceder a próxima prestação vincenda de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente dos Contratos de Financiamento com o BNDES. Caso o saldo na Conta Reserva TJLP seja superior ao equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente dos Contratos de Financiamento com o BNDES pagas nos 3 (três) últimos meses, o valor excedente poderá ser transferido para uma conta de livre movimentação da Emissora;

(v) “Conta Reserva Debêntures”: conta corrente de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Operador, para a qual será transferido pelo Banco Operador o saldo da Conta Pagamento Debêntures que exceder o valor da próxima prestação vincenda de amortização do Valor Nominal Atualizado e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures. Caso o



saldo na Conta Reserva Debêntures seja superior ao valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures, o valor excedente poderá ser transferido para uma conta de livre movimentação pela Emissora. O valor da prestação vincenda será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das Debêntures utilizando a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim “Focus” elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo;

(vi) “Conta de Operação”: conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Operador, para a qual será transferido, pelo Banco Operador, o saldo remanescente diário da Conta Centralizadora, após as transferências indicadas nos itens (ii) a (iii) acima, para o fim de pagamento dos custos e despesas operacionais, tributos e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público, conforme o art. 28 da Lei Federal nº 8.987/1995.

#### **4.19. Compartilhamento das Garantias**

4.19.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 4.16 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada credor, com as dívidas decorrentes dos Contratos de Financiamento com o BNDES, conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

#### **4.20. Obrigações de Pagamento**

4.20.1 Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão declarada pelo Poder Concedente em virtude de inadimplemento resultante de atos ou omissões da Emissora ou por falência da Emissora, a Acionista, por este instrumento e na melhor forma de direito, obriga-se a pagar aos Debenturistas, de forma solidária com a Emissora, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização paga pelo Poder Concedente.

4.20.2 Se, mesmo após o pagamento do percentual informado na Cláusula 4.20.1 acima e do recebimento, pelos Debenturistas, de eventuais valores referentes às indenizações pagas pelo Poder Concedente, conforme





Contrato de Cessão Fiduciária e Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, ainda remanescer saldo devedor das Debêntures, a Acionista obriga-se a, em até 60 (sessenta dias) a partir do recebimento do último dos valores acima pelos Debenturistas, a pagar aos Debenturistas, de forma solidária com a Emissora, a diferença.

4.20.3. Caso em até 12 (doze) meses do término do Contrato de Concessão o Poder Concedente não efetue o pagamento de indenização, a Acionista deverá pagar o saldo devedor das Debêntures em até 60 (sessenta) dias após expirado o referido prazo.

4.20.4. Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por acordo entre as partes, a Acionista obriga-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, a pagar aos Debenturistas, de forma solidária com a Emissora, o saldo devedor das Debêntures, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização paga pelo Poder Concedente.

4.20.5. Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão a qualquer título, por determinação judicial, a Acionista obriga-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, de forma solidária com a Emissora, a pagar aos Debenturistas o saldo devedor das Debêntures, em até 90 (noventa) dias a contar do trânsito em julgado da decisão que houver determinado o término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização paga pelo Poder Concedente.

4.20.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as obrigações assumidas pela Acionista nos termos desta Cláusula 4.20 serão consideradas e doravante denominadas, em conjunto, como “Obrigações de Pagamento”.

#### **4.21. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures**

4.21.1 A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Subscrição:

- (i) 1 (uma) via eletrônica (PDF) da Escritura de Emissão devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, nos termos da Cláusula 2.3.1 acima;
- (ii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima;



- (iii) comprovação de entrega da notificação ao Poder Concedente a respeito da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.16.1, item (i), acima, nos termos e procedimentos descritos no Contrato Cessão Fiduciária e Aditivo ao Contrato Cessão Fiduciária;
- (iv) cópia integral e autenticada da declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, evidenciando a averbação do penhor mencionado na Cláusula 4.16.1, item (ii), nos termos da Cláusula 2.5.2 acima; e
- (v) 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, observado o envio do relatório definitivo nos termos do item (i) da Cláusula 6.1 abaixo.

## **CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO**

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):
- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo vencimento;
  - (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução ou a decretação de falência da Emissora ou da Acionista, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela Acionista, ou de falência relativo à Emissora ou à Acionista formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a Acionista as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto não concluída a implantação do Projeto;



- (c) extinção, por qualquer forma, da concessão para executar o Projeto objeto do Contrato de Concessão, sem prejuízo das Obrigações de Pagamento dispostas na Cláusula 4.20;
- (d) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dos Contratos de Financiamento com o BNDES ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (e) a transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (f) não renovação da Fiança Bancária, caso esta venha a ser emitida, conforme Cláusula 4.17.1, até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência;
- (g) não renovação da Fiança Acionista, caso esta venha a ser emitida, conforme Cláusula 4.17.2, até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência;
- (h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pela Acionista, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial, sendo que para a Acionista as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto não concluída a implantação do Projeto;
- (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou pela Acionista que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (j) constituição pela Emissora ou pela Acionista, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos, observado o compartilhamento mencionado na Cláusula 4.19 acima;
- (k) descumprimento, (i) pela Emissora e/ou pela Acionista, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste



sentido; ou (ii) pela Emissora e/ou pela Acionista, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Oferta Restrita dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos, ou, em caso de não haver prazo de cura específico nos referidos instrumentos, em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciários neste sentido;

- (l) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação financeira perante o BNDES ou suas subsidiárias, que não seja comprovadamente regularizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar do vencimento da respectiva obrigação;
- (m) assunção pela Emissora de SALDO DEVEDOR que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta, sem que seja prestada a garantia fidejussória estipulada na Cláusula 4.17.2 acima;
- (n) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, nas seguintes hipóteses: (i) enquanto o Projeto ainda estiver sendo realizado; ou (ii) no caso da relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" ser inferior a 20% (vinte por cento), apurado anualmente, com base na demonstração financeira anual da Emissora, comprovado mediante a apresentação das informações indicadas na Cláusula 6.1, alínea (a), item (i), abaixo; ou (iii) no caso de o índice de cobertura do serviço da dívida da Emissora ("ICSD") ser inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), apurado anualmente, com base na demonstração financeira anual da Emissora, conforme metodologia de cálculo constante do "Anexo IV" à presente Escritura de Emissão, comprovado mediante a apresentação das informações indicadas na Cláusula 6.1, alínea (a), item (i), abaixo;
- (o) pagamento de juros ou amortização de principal dos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista ou outras dívidas contraídas junto a qualquer acionista, incluindo aquelas indicadas na Cláusula 4.17.2.1, alínea "b", subitem "ii", na hipótese de o ICSD da Emissora ser inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), apurado anualmente, com base na demonstração financeira anual da Emissora, conforme metodologia de cálculo constante do "Anexo IV" à presente Escritura de Emissão, comprovado mediante a apresentação das informações indicadas na Cláusula 6.1, alínea (a), item (i), abaixo, exceto: (i) se a acionista converter a dívida em capital social da Emissora; ou (ii) se referidas dívidas forem substituídas por nova(s) dívida(s) entre a Emissora e o respectivo acionista,



inclusive por meio de emissão de títulos e valores mobiliários, e desde que esta(s) nova(s) dívidas(s) observe(m) os critérios estabelecidos na Cláusula 4.17.2.1, alínea (b), subitem “ii”; ou (iii) o pagamento de mútuos contraídos junto à Acionista no montante de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), equivalentes aos valores aportados pela Acionista para pagamento das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora;

- (p) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital, salvo se a redução ocorrer: (i) por força de determinação legal ou regulamentar; ou (ii) se a Emissora estiver em cumprimento (ii.1) com o ICSD igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), apurado anualmente, com base na demonstração financeira anual da Emissora, conforme metodologia de cálculo constante do “Anexo IV” à presente Escritura de Emissão e (ii.2) com a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" igual ou superior a 20% (vinte por cento), conforme apurado anualmente, com base na demonstração financeira anual da Emissora, comprovado mediante a apresentação das informações indicadas na Cláusula 6.1, alínea (a), itens (i) abaixo; ou (iii) conforme permitido pelo Contrato de Concessão;
- (q) realização de quaisquer pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos nos termos das alíneas (n), (o) e (p) acima quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- (r) celebração de contratos de mútuo ou quaisquer outras dívidas, incluindo emissão e/ou aquisição de títulos e valores mobiliários, pela Emissora, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, nas seguintes hipóteses: (i) caso a Emissora contrate o mútuo ou a dívida na qualidade de mutuante ou credora; ou (ii) caso a Emissora contrate referido mútuo ou dívida na qualidade de mutuária ou devedora e não observe os critérios estabelecidos na Cláusula 4.17.2.1, alínea (b), subitem “ii”;
- (s) declaração de vencimento antecipado de qualquer mútuo, financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras em montante individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser



devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado;

- (t) protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (ii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (u) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (v) se as Garantias Reais e/ou a Fiança Acionista e/ou a Fiança Bancária (caso estas venham a ser emitidas) tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas ou não forem mais suficientes para assegurar o pagamento da importância devida, sem que tais garantias sejam substituídas ou complementadas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, quando solicitado, e no prazo determinado, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII desta Escritura de Emissão;
- (w) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Acionista, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (x) constituição, a qualquer tempo, e ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (ii) para fins de constituição de novas garantias exigidas pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que as garantias sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iii) para fins de constituição de garantias prestadas no âmbito de contratos de financiamento celebrados pela Emissora para aquisição de máquinas e equipamentos em que os próprios bens adquiridos sejam dados em garantia do financiamento por meio de alienação ou penhor;





- (y) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (z) realização de outros investimentos pela Emissora que não os relacionados à concessão, ressalvados os investimentos permitidos pelo Contrato de Concessão ou aqueles vinculados à infraestrutura social da região, conforme Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (aa) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (bb) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, por qualquer meio, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (cc) sem prejuízo do disposto na alínea (bb) acima, cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora, bem como a criação de subsidiárias, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (dd) inclusão em acordo societário ou estatuto social da Emissora e/ou da Acionista e/ou das empresas que a controlam de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ee) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Acionista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (ff) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em até 15 (quinze) Dias Úteis;
- (gg) abandono total ou parcial e/ou paralisação na execução do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto que possa causar um “Efeito Adverso Relevante”, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso



e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (c) a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas;

- (hh) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
  - (ii) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da referida decisão, contra a Emissora e/ou contra a Acionista que impeça ou possa vir a impedir a continuidade e/ou a conclusão do Projeto; e
  - (jj) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou seus equivalentes em outras moedas, valor este a ser anualmente corrigidos pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a data do descumprimento da decisão judicial, ou, independentemente do valor, que impeça a continuidade e/ou a conclusão do Projeto.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 3 (três) dias da ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.



- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.
- 5.6. Na hipótese: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de Debenturistas que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior; o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente comunicação com aviso de recebimento à Emissora ("Comunicação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador, e, em função dos Contratos de Financiamento com o BNDES e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, para o BNDES, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP,



informando o vencimento antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento.

- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES, com ou sem alteração da taxa de juros dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e Juros Remuneratórios e Atualização Monetária das Debêntures; (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, salvo na hipótese prevista na Cláusula 4.17.1 acima; e (iii) não afete a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas.

## **CLÁUSULA VI**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA ACIONISTA**

#### **6.1. Obrigações da Emissora**

- 6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e as regras emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração, elaborado pela Emissora, (b.i) do ICSD, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão, (b.ii) da relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total e (b.iii) do SALDO DEVEDOR, relatório este que deverá constar das notas explicativas de suas



demonstrações financeiras e serão acompanhados da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, da relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total e SALDO DEVEDOR, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (c) declaração, assinada por representante(s) legal(is) com poderes para tanto, atestando (c.i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (c.ii) o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão, (c.iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, (c.iv) que não foram praticados atos em desacordo com o seu Estatuto Social e (c.v) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados, de acordo com os padrões exigidos pelo Contrato de Concessão;

- (ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, suas informações financeiras trimestrais e relatório específico de apuração, elaborado pela Emissora, do SALDO DEVEDOR, relatório este que deverá constar nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras e será acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do SALDO DEVEDOR, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
- (iv) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares das Debêntures; e
- (v) os dados financeiros e os atos societários relacionados à Emissão, o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da



Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (x) da Cláusula 7.3.1 abaixo; no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xi) da Cláusula 7.3.1 abaixo.

- (b) informar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração em suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possam vir a comprometer o Projeto; ou (ii) façam com que suas demonstrações financeiras ou suas informações financeiras trimestrais não mais reflitam sua real condição financeira;
- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, regulatório ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades, que possam resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (d) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil ao Coordenador Líder da





Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- (e) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (d) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tal entidade;
- (f) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- (g) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e o Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP); e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (h) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (i) obter, como condição precedente à Data de Subscrição e integralização das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) preliminar das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, e obter relatório de classificação de risco definitivo (*rating*) das Debêntures em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da efetiva subscrição da totalidade das Debêntures;
- (j) não alterar, até a Data de Vencimento das Debêntures, a agência de classificação de risco contratada nos termos da alínea (i) acima;
- (k) atualizar anualmente, sempre a partir da emissão do último relatório emitido, e até a Data de Vencimento das Debêntures, o relatório de classificação de risco das Debêntures, devendo (i) entregar ao Agente Fiduciário os referidos relatórios preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os referidos relatórios, com as súmulas das classificações de risco;
- (l) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tenha conhecimento, o Agente Fiduciário, sobre qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco das Debêntures,



independentemente desta alteração ou revisão vir a gerar um novo relatório de classificação de risco;

- (m) caso a agência de classificação de risco contratada pela Emissora cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (n) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (o) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (p) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil;
- (q) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os Atos Societários da Emissora, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus eventuais aditamentos; e (iv) de contratação e registro da Fiança Bancária, bem como da Fiança Acionista, e de seus eventuais aditamentos, conforme aplicável; e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador, agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures e Coordenadores;



- (s) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, observado, ainda, o disposto na Cláusula 4.15.5;
- (t) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (u) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;
- (v) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás, inclusive as ambientais, bem como suas renovações, necessárias à operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua não obtenção ou não renovação possam afetar a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (w) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via eletrônica (PDF) da Escritura de Emissão, e de eventuais aditamentos, contendo o respectivo comprovante de inscrição ou averbação na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais nos termos da Cláusula 2.3.1 acima; (ii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima; e (iii) 1 (uma) via original da Fiança Bancária e da Fiança Acionista, e de seus eventuais aditamentos, caso venham a ser emitidas, devidamente registradas nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do Agente Fiduciário e da instituição financeira fiadora;
- (x) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a



plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- (y) depositar, diariamente, na Conta Centralizadora, descrita na Cláusula 4.18.1., item (i), acima, todos os recursos decorrentes da cobrança de pedágio, bem como quaisquer outros direitos cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, devidamente aditado por meio do Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, de modo que o Banco Operador possa efetuar as devidas transferências para as demais contas conforme disposto nos referidos instrumentos e nesta Escritura de Emissão;
- (z) convocar, nos termos da Cláusula 8.2 desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (aa) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (bb) manter e conservar em bom estado todos os bens relevantes da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais;
- (cc) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, da Fiança Acionista ou da Fiança Bancária (caso estas venham a ser emitidas) e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
- (dd) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (ee) manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelos Contratos de Financiamento com o BNDES e/ou Contrato de Concessão para a cobertura do Projeto;



- (ff) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (gg) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (hh) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Efeito Adverso Relevante;
- (ii) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (jj) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, mandatários, representantes, seus ou de suas controladas, bem como fornecedores contratados ou subcontratados relacionados ao Projeto, de fazê-lo;
- (kk) notificar o Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representantes, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao Projeto, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo judicial ou administrativo, conduzidos por autoridade administrativa ou judicial nacional ou estrangeira, relativos à prática de atos lesivos ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado pelo Agente Fiduciário e



sempre que disponível, fornecer cópia de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmados no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, sendo certo que para os fins desta alínea, considera-se ciência da Emissora: (i) o recebimento de citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira; (ii) a comunicação do fato pela Emissora à autoridade competente; e (iii) a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela Emissora contra o infrator;

- (ll) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à ANTT e o Ministérios dos Transportes, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- (mm) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;
- (nn) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito do Projeto, (i) a ocorrência de dano ambiental; e (ii) a instauração e/ou existência e/ou decisão proferida em processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental, em qualquer dos casos, desde que resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- (oo) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais relevantes do Projeto e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
- (pp) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto que tenham sido solicitados em garantia pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (qq) ressarcir, independentemente de culpa, os Debenturistas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (rr) observados os termos previstos na Cláusula 5.9 acima, não realizar qualquer alteração nos Contratos de Financiamento com o BNDES que possa:





(i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização, Juros Remuneratórios e Atualização Monetária das Debêntures; (ii) causar a antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, salvo na hipótese prevista na Cláusula 4.17.1 acima; ou (iii) afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas.

## **6.2. Obrigações da Acionista**

6.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Acionista obriga-se, ainda, a:

- (i) suprir, mediante aumentos de capital social na Emissora ou via concessão de mútuos ou outras dívidas, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do Projeto, observado o que dispõe a Cláusula 4.17.2.1, item (b), subitem “ii”;
- (ii) notificar o Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos da data em que tomar ciência, de que a Acionista, ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representantes, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao Projeto, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo, judicial ou administrativo, conduzidos por autoridade administrativa ou judicial nacional ou estrangeira, relativos à prática de atos lesivos ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado pelo Agente Fiduciário e sempre que disponível, fornecer cópia de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmados no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, sendo certo que para os fins desta alínea, considera-se ciência da Acionista: (i) o recebimento de citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira; (ii) a comunicação do fato pela Acionista à autoridade competente; e (iii) a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela Acionista contra o infrator; e
- (iii) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer



natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, mandatários, representantes, seus ou de suas controladas, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, de fazê-lo.

6.2.2. A Acionista deverá informar ao Agente Fiduciário quando concluída a implantação do Projeto.

## **CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **7.1. Nomeação**

7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e a Acionista.

### **7.2. Substituição**

7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.



- 7.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
- 7.2.5 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo o Agente Fiduciário permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”).
- 7.2.7 O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos documentos que tenha recebido da Emissora, em conformidade com esta Escritura de Emissão, ou qualquer outro documento que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos com esta Escritura de Emissão, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 7.2.8 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

### 7.3. Deveres



7.3.1 Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vi) acompanhar o cálculo e a apuração da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, das Obrigações de Pagamento, da Fiança Acionista e da Fiança Bancária (caso estas venham a ser emitidas), observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da Emissora e da Acionista, às expensas da Emissora, e, se for assim requerido, o Agente Fiduciário deverá apresentar tais certidões aos Debenturistas imediatamente após o recebimento de tais certidões;
- (ix) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:



- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (g) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento dos Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais, da Fiança Acionista e da Fiança Bancária (caso estas venham a ser emitidas);
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



- (x) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e no endereço do Coordenador Líder da Oferta Restrita;
- (xi) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (x) acima encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea (xi) acima, e divulgar as informações referidas no item (j) da alínea (x) acima em seu *website* tão logo delas tenha conhecimento;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora e o credor dos Contratos de Financiamento com o BNDES acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Garantias Reais, à Fiança Acionista, à Fiança Bancária (caso estas venham a ser emitidas) e às Obrigações de Pagamento;
- (xv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvi) solicitar, quando considerar necessário e conforme solicitação dos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente





à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;

- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- (xxi) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser pelos Debenturistas solicitada e/ou tenha recebido;
- (xxii) disponibilizar o Valor Nominal Atualizado e os Juros Remuneratórios, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores; e
- (xxiii) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.

#### **7.4. Atribuições Específicas**

7.4.1 Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 5.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;



- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento das quantias devidas pela Emissora e promover a excussão das Garantias Reais, da Fiança Acionista, da Fiança Bancária (casos estas venham a ser emitidas) e a cobrança das Obrigações de Pagamento, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, no caso das Garantias Reais; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 7.4.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas). Na hipótese da alínea (v), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

7.4.3. Ressalvadas as situações previamente aprovadas por meio desta Escritura de Emissão, os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão



somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

## **7.5. Remuneração do Agente Fiduciário**

- 7.5.1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes à parcela única de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a referida parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão, e parcelas anuais de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será atualizada anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou, na sua falta ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.



- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS (contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 7.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

## **7.6. Despesas**

- 7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso ao Agente Fiduciário, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.
- 7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência dos Debenturistas em ações judiciais serão suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao



pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

7.6.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima, nos casos em que não tenha ocorrido aprovação prévia, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias simples dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas cláusulas acima.

## **7.7. Declarações do Agente Fiduciário**

7.7.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (k) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:
- 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos, da Acionista, com vencimento em 1 de outubro de 2017, pela qual foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, totalizando o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. As debêntures da 2ª (segunda) emissão da Acionista são garantidas por cessão fiduciária de 100% (cem por cento) dos recursos depositados em conta vinculada, bem como dos dividendos e juros sobre o capital próprio de sua titularidade, conforme previsto na escritura de emissão; e
  - 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos, da Acionista, com vencimento em 19 de dezembro de 2016, pela qual foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures, totalizando o montante de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. As debêntures da 3ª (terceira) emissão da Acionista são garantidas por cessão fiduciária, alienação fiduciária de ações, conforme previsto na escritura de emissão.





## CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 8.1. Disposições Gerais

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia(s) geral(is), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas”). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e, caso venha a ser regulamentado pela CVM, poderão ser alternativamente realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

### 8.2. Convocação

8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

8.2.2. A convocação se dará mediante edital publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de edital de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data da primeira publicação do edital de convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 15 (quinze) dias contados da data da publicação do novo anúncio do edital de convocação.

8.2.4. As deliberações tomadas por Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e



nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

### 8.3. Quorum de Instalação

8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum* das Debêntures em Circulação.

8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas: (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e (ii) as de titularidade de: (a) sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), (b) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas) ou sociedades sob controle comum, e (c) administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau.

### 8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo, ou pelos demais *quoruns* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que detenham pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria dos presentes.

8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares **de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação**, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Incorporação e Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) das Datas de



Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) da alteração dos *quoruns* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta cláusula, (viii) das Garantias Reais e/ou da Fiança Bancária, caso esta venha a ser emitida, (ix) das Obrigações de Pagamento; (x) da criação de evento de repactuação, (xi) das disposições relativas a aquisição facultativa, resgate antecipado facultativo, amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures, e (xii) da espécie das Debêntures.

8.4.2.1. Caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*): (i) aos Eventos de Inadimplemento que acarretem o vencimento automático das Debêntures descritos na Cláusula 5.1, alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g) tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) para os demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, tal solicitação poderá ser aprovada pelo quorum geral de deliberação, previsto na Cláusula 8.4.1 acima, salvo se previsto quórum mais elevado na hipótese de Evento de Inadimplemento em discussão, nos termos da Cláusula 5.1 acima, caso em que este deverá ser observado.

8.4.3. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## **8.5. Mesa Diretora**

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes (podendo, para tal finalidade, ser eleito o representante do Agente Fiduciário presente a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas) ou àqueles que forem designados pela CVM.



## CLÁUSULA IX

### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA ACIONISTA

9.1. A Emissora e a Acionista declaram e garantem, cada qual, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Acionista, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
- (f) a Emissora detém todas as autorizações e licenças relevantes para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;



- (g) as ações e os direitos emergentes das ações de emissão da Emissora e de titularidade da Acionista a serem empenhados e os direitos emergentes e direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.16 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelo disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias e pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão;
- (h) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (i) seu balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações de resultado datadas de 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 apresentam corretamente e de maneira adequada a situação patrimonial e financeira da Emissora na data em que foram preparados e o resultado operacional da Emissora referente ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes até a presente data, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado pela Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer redução no capital social da Emissora, e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros tipos de distribuição aos acionistas;
- (j) a Acionista é legítima proprietária da totalidade das ações que compõem o capital social da Emissora, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor do BNDES, na qualidade de credor dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (k) a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Efeito Adverso Relevante;



- (l) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (m) a Emissora observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, e pela publicação nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora e da Acionista que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; e (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (o) as informações prestadas até o encerramento da Oferta Restrita com a divulgação no site da CVM do comunicado de encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;





- (p) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (q) a Emissora cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (r) a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos;
- (s) a Emissora mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme exigido no Contrato de Concessão e/ou nos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (t) a Emissora tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do ICSD, Tesouro IPCA+ 2024, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo de remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (u) inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (v) na data da assinatura desta Escritura de Emissão, a Emissora e a Acionista declaram estarem cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade, nacional ou estrangeira, a que estejam sujeitas por obrigação legal ou contratual, que tenham por finalidade coibir ou prevenir práticas corruptas, despesas ilegais relacionadas à atividade política, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;
- (w) até a presente data, a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos



e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora ou não afetam o andamento do Projeto ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;

- (x) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria; e
  - (y) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- 9.2. Ficam os declarantes responsáveis perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula V acima.

## **CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **10.1. Comunicações**

- 10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

#### **AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**

Rodovia Fernão Dias (BR-381), Pista Norte, km 850+500

Pouso Alegre, MG CEP 37550-000

At.: Helvecio Tamm de Lima Filho

Tel.: (35) 3449-6600

E-mail: [helvecio.tamm@arteris.com.br](mailto:helvecio.tamm@arteris.com.br)



Para a Acionista:

**ARTERIS S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455 – 9º andar, Vila Nova Conceição  
São Paulo, SP CEP 04543-011

At.: Alessandro Scotoni Levy

Tel.: (11) 3074-2404

E-mail: [alessandro.levy@arteris.com.br](mailto:alessandro.levy@arteris.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304,  
Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco  
Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

**BANCO LIQUIDANTE**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal  
São Paulo, SP CEP 04344-902

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: +55 (11) 2797-4441

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

Att.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio



de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

- 10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## **10.2. Renúncia**

- 10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos direitos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão**

- 10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## **10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

- 10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497 e 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

## **10.5. Cômputo do Prazo**



10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **10.6. Despesas**

10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e os Atos Societários da Emissora.

#### **10.7. Lei Aplicável**

10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **10.8. Foro**

10.8.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2016



*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome: Maria de Castro Michielin  
Cargo: Diretora Jurídica

\_\_\_\_\_  
Nome: Alessandro Scotoni Levy  
Cargo: Diretor de Relações com Investidores





*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**ARTERIS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome: Maria de Castro Michielin  
Cargo: Diretora Jurídica

\_\_\_\_\_  
Nome: Alessandro Scotoni Levy  
Cargo: Diretor de Relações com Investidores



*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

---

Nome: Marcelle Motta Santoro  
Cargo: Diretora de Operações Fiduciária III



*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: Indianara Costa dos Santos Silva  
CPF: 269.468.818-77

\_\_\_\_\_  
Nome: Bruno de Amorim Florentino  
CPF: 361.756.998-66



## **ANEXOS**

**Anexo I – Portaria nº 622, expedida pelo Ministério dos Transportes em 05 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2016**

**Anexo II – Modelo de Carta de Fiança**

**Anexo III – Minuta de Aditamento à Escritura de Emissão – Alteração da Espécie das Debêntures**

**Anexo IV – Metodologia de cálculo do ICSD**



## **Anexo I**

**Portaria nº 622, expedida pelo Ministério dos Transportes em 05 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2016**





## PORTARIA Nº 622, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Rodoviário, proposto pela Autopista Fernão Dias S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela Autopista Fernão Dias S.A., que tem por objeto a execução de diversas obras ao longo da rodovia BR-381/MG/SP, trecho entre Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP, incluindo obras de recuperação; novas obras de ruas laterais, terceiras faixas e trevos; melhorias de acessos e interseções existentes; passarelas; sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, comunicação e atendimento ao usuário; barreiras de concreto e defensas metálicas; obras de combate a enchentes; balanças fixas e móveis; e reforma da sede e de centro de controle operacional nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.116121/2016-16 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

| ANEXO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Projeto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Projeto da Autopista Fernão Dias S.A. de emissão de debêntures tem por objeto a execução de diversas obras ao longo da Rodovia BR-381/MG/SP, trecho entre Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP, incluindo obras de recuperação; novas obras de ruas laterais, terceiras faixas e trevos; melhorias de acessos e interseções existentes; passarelas; sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, comunicação e atendimento ao usuário; barreiras de concreto e defensas metálicas; obras de combate a enchentes; balanças fixas e móveis; e reforma da sede e de centro de controle operacional nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. |
| Denominação Comercial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Autopista Fernão Dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Razão Social                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Autopista Fernão Dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| CNPJ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 09.326.342/0001-70                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Relação das Pessoas Jurídicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ARTERIS S.A. (CNPJ: 02.919.555/0001-67)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Relação dos Documentos Apresentados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| - Formulário de Cadastro do Projeto da Autopista Fernão Dias S.A. (Anexo I).<br>- Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa. (Anexo II).<br>- Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento. (Anexo III).<br>- Ata da Assembleia Geral para Constituição da Sociedade Anônima, realizada em 19.12.2007.<br>- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.<br>- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa.<br>- Certidão de Regularidade do FGTS-CRF |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Local de Implantação do Projeto:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Estados de Minas Gerais e São Paulo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

## PORTARIA Nº 623, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Declara o Resultado Final de Seleção do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA referente ao Edital de Chamamento Público de Estudos Portuários nº 02/2015, após a Fase de Julgamento dos Recursos.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no us das suas atribuições conferidas pelo inciso I do art. 6º da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, c/c o disposto no art. 16 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no Decreto nº 8.428, de 2 de abril de 2015, no Edital de Chamamento Público de Estudos Portuários nº 02/2015, e pelo que consta do Processo Administrativo nº 00045.002288/2015-25 resolve:

Art. 1º - Declarar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA apresentado pela DTA Engenharia Ltda. como vencedor do objeto do Edital de Chamamento Público de Estudos Portuários nº 02/2015, após a fase de julgamento de recursos administrativos, por ter atingido avaliação global do Estudo Técnico - NGE igual a 76,9 (setenta e seis e nove décimos) pontos, conforme motivação apresentada na Nota Técnica nº 02/2016/CSECP-02.2015/SEP-PR/ANTAQ/CODESP, de 13 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

## PORTARIA Nº 624, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Autorizar o Secretário Executivo e supletivamente, o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação, a assinar documentos oficiais, em viagens oficiais do Ministro em território nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II e IV, da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a competência para assinatura de documentos oficiais, nas hipóteses de viagens oficiais do titular desta Pasta, em território nacional.

Parágrafo único. Fica autorizado, supletivamente, o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a assinar documentos oficiais, nas mesmas hipóteses previstas no caput.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016100600069

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

## DECISÃO Nº 118, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.064619/2016-52, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para explorar serviço aéreo público especializado na atividade agroagrícola outorgada à sociedade empresária GRIFO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - EPP, CNPJ nº 01.695.999/0001-01, com sede social em São Gabriel (RS).

Art. 2º A exploração do serviço aéreo público especializado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 110, de 11 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2011, Seção 1, página 33.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

## SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

## PORTARIA Nº 2.643, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.504168/2016-08, resolve:

Art. 1º Tomar pública a emissão do Certificado de Tipo - CT abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

| Nº CT   | Detentor do CT        | Descrição                                  | Aplicabilidade                                                                                          | Data       |
|---------|-----------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2016T06 | CFM International     | Emissão de Certificado de Tipo de Motor    | EM-2016T06<br>Modelos - LEAP-1A35A, -1A33, -1A33B2, -1A32, -1A30, -1A26, -1A26E1, -1A24, -1A24E1, -1A25 | 19.09.2016 |
| 8805    | Textron Aviation Inc. | Emissão de Certificado de Tipo de Aeronave | EA-8805<br>Alteração de detentor                                                                        | 27.09.2016 |

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontra-se disponível no site da ANAC na rede mundial de computadores, endereço <http://www2.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp>.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSE SILVEIRA HONORATO

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

## PORTARIA Nº 2.636, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Portaria nº 980/SIA, de 13 de abril de 2016.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, tendo em vista as disposições transitórias do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo nº 00058.069793/2016-91, resolve:

Art. 1º Promover as seguintes alterações no Anexo à Portaria nº 980/SIA, de 13 de abril de 2016, que define as aeronaves críticas e as respectivas frequências semanais de operação para aeródromos civis públicos brasileiros:

I - inclusão do Aeroporto Brigadeiro Antônio Cabral (Código OACI: SNDV), localizado em Divinópolis (MG), com as seguintes informações:

| Código | Nome                      | Município   | UF | Aeronave crítica | Tipo de aproximação | Frequência semanal |
|--------|---------------------------|-------------|----|------------------|---------------------|--------------------|
| SNDV   | Brigadeiro Antônio Cabral | Divinópolis | MG | 3C               | NINST               | 75                 |

II - alteração das informações relativas aos Aeroportos Atlas Brasil Cantanhede (Código OACI: SBBV), localizado em Boa Vista (RR), e Rubem Berta (Código OACI: SBUG), localizado em Uruguiana (RS):

| Código | Nome                    | Município | UF | Aeronave crítica | Tipo de aproximação | Frequência semanal |
|--------|-------------------------|-----------|----|------------------|---------------------|--------------------|
| SBBV   | Atlas Brasil Cantanhede | Boa Vista | RR | 4C               | PA1                 | 30                 |
| SBUG   | Rubem Berta             | Uruguiana | RS | 3C               | NPA                 | 6                  |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim  
SECRETÁRIA-GERAL



## Anexo II

### Modelo de Carta de Fiança

#### CARTA DE FIANÇA Nº [--]

[Cidade], [data].

À

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**

na qualidade de Agente Fiduciário

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

Barra da Tijuca

22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

**Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº [--]**

Prezados Senhores,

Por este instrumento, o [--], com sede na cidade de [--], estado do [--], no endereço [--], CEP [--], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [--], por seus representantes legais ("Fiador") obriga-se como fiador e principal pagador, a cumprir as obrigações assumidas pela **AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**, companhia aberta com sede na Rodovia Fernão Dias (BR-381), Pista Norte, km 850, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 09.326.342/0001-70 ("Emissora"), no âmbito da **Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A. ("Emissão")**, cujas condições e características são descritas no Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A., celebrado em [--], devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº [--], em sessão de [--], [conforme aditado pelo(s) [--], devidamente registrado(s) perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº [--], em sessão de [--]] ("Escritura de Emissão"), Escritura de Emissão esta que o fiador declara conhecer e pela qual a Emissora emitiu [quantidade] debêntures ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$[--] ([--]), totalizando R\$[--] ([--]) na data de emissão das Debêntures, [sendo certo que a presente fiança



abrange a totalidade da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos da Escritura de Emissão] **[OU]** [sendo limitada a responsabilidade do Fiador, à quantia de R\$ [●] ([●]), na data-base de [--] de [--] de 201[--]], acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança ("Valor Garantido")

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [--] de [--] de [--]*[obs.: a data a ser fixada deverá corresponder ao prazo estabelecido na Escritura de Emissão para validade das cartas de fiança]* em favor dos titulares das Debêntures objeto da Emissão, representados pela **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), renunciando o Fiador aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia do Fiador, e responsabilizando-se o Fiador solidariamente com a Emissora pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora, comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da Emissora, a honrar o Valor Garantido, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir do recebimento de comunicação com aviso de recebimento realizada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao Fiador, no endereço [--].

A presente carta de fiança será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos dos domicílios do Agente Fiduciário e do Fiador, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Cartórios"). O Fiador enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção dos registros nos Cartórios.

O Fiador declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta carta de fiança são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Isso posto, firma esta em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.



**FIADOR:**

\_\_\_\_\_  
[--]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

CPF:



**Anexo III**  
**Minuta de Aditamento à Escritura de Emissão –**  
**Alteração da Espécie das Debêntures**

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PODENDO SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**

Pelo presente instrumento,

**AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**, companhia aberta com sede na Rodovia Fernão Dias (BR-381), Pista Norte, km 850, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscrita no no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 09.326.342/0001-70, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

**ARTERIS S.A.**, companhia aberta com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.919.555/0001-67, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Acionista”); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures desta emissão (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”);

sendo a Emissora, a Acionista e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [--] de [--] de 2016, as Partes celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada em Espécie



Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.”, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o nº [--], em sessão de [--] de [--] de 2016 (“Escritura de Emissão”);

- (ii) em [--] de [--] de [--], os Contratos de Financiamento com o BNDES (conforme definidos na Escritura de Emissão) foram liquidados antecipadamente;
- (iii) em [--] de [--] de [--], em razão da liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento com o BNDES, as Garantias Reais descritas na Cláusula 4.16 da Escritura de Emissão foram integralmente substituídas por Fiança Bancária e liberadas pelo Agente Fiduciário, conforme permitido pela Cláusula 4.17.1 da Escritura de Emissão;
- (iv) nos termos da Cláusula 4.17.1.10 da Escritura de Emissão, as Partes foram autorizados a assinar um aditamento à Escritura de Emissão para (i) alterar a espécie das Debêntures de “espécie com garantia real” para “espécie quirografária com garantia adicional fidejussória”, (ii) refletir a liquidação antecipado dos Contratos de Financiamento e a substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária e (iii) excluir determinadas obrigações da Escritura de Emissão, independentemente da realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e da Acionista.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente “[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.” (“Aditamento”), em observância às seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I DEFINIÇÕES**

1.1 Todos os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados e não expressamente definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

## **CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO**



2.1 O presente aditamento é celebrado com base nas aprovações societárias concedidas nos termos da Cláusula I da Escritura de Emissão e no disposto na Cláusula 4.17.1.10 da Escritura de Emissão.

### **CLÁUSULA III AVERBAÇÃO E REGISTRO**

3.1 Este Aditamento será protocolizado para averbação na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de assinatura deste documento. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via eletrônica (PDF) deste Aditamento contendo o respectivo comprovante de averbação, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva averbação.

### **CLÁUSULA IV ALTERAÇÕES À ESCRITURA DE EMISSÃO**

#### **4.1 Alteração da Espécie das Debêntures**

4.1.1. Em razão da substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária, e da consequente alteração da espécie das Debêntures, as Partes resolvem alterar o título da Escritura de Emissão, a redação do *caput* da “Cláusula II – Requisitos” e a redação da Cláusula 4.1.3, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.”.*

#### **“CLÁUSULA II REQUISITOS**

*A quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), nos termos desta Escritura de Emissão (“Oferta Restrita”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:”*

**“4.1.3. Espécie:** As Debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória.”





## 4.2. Exclusão das Obrigações de Atendimento de Índices Financeiros

4.2.1. Em razão da substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária, as Partes resolvem tornar ineficazes e inexigíveis as seguintes obrigações previstas na Escritura de Emissão: (i) manutenção de SALDO DEVEDOR inferior a 15% (quinze por cento) da Receita Bruta; (ii) manutenção de relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total igual ou superior a 20% (vinte por cento); e (iii) manutenção de ICSD (conforme definido abaixo) igual ou inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

4.2.2. Em consequência do disposto na Cláusula 4.2.1 acima, as Partes concordam em excluir a Cláusula 4.17.2 em sua integralidade, a Cláusula 5.1(g), a Cláusula 5.1(m), a Cláusula 5.1(n) subitem (ii) e (iii), a Cláusula 5.1(o), a Cláusula 5.1(p), a Cláusula 6.1.1(a) subitem (i)(b) e o Anexo IV da Escritura de Emissão, bem como alterar a Cláusula 5.1(q), a Cláusula 5.1(r), a Cláusula 6.1.1(a) subitem (ii) e a Cláusula 6.2.1(i), que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“5.1 (...)*

*(q) realização de quaisquer pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;”*

*“5.1 (...)*

*(r) celebração de contratos de mútuo ou quaisquer outras dívidas, incluindo emissão e/ou aquisição de títulos e valores mobiliários, pela Emissora, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, nas seguintes hipóteses: (i) caso a Emissora contrate o mútuo ou a dívida na qualidade de mutuante ou credora; ou (ii) caso a Emissora contrate referido mútuo ou dívida na qualidade de mutuária ou devedora com uma taxa de juros superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou superior a 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de dívida;“*

*“6.1.1 (...)*

*(a) (...)*

*(ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, suas informações financeiras trimestrais;”*

*“6.2.1(...)*



*(i) suprir, mediante aumentos de capital social na Emissora ou via concessão de mútuos ou outras dívidas, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do Projeto, sendo certo que nos casos de mútuos ou dívidas os mesmos deverão observar uma taxa de juros não superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou não superior a 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de dívida;*

#### **4.3. Exclusão das Disposições relativas às Garantias Reais e aos Contratos de Financiamento com o BNDES**

4.3.1. Em razão da liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento com o BNDES e da substituição das Garantias Reais por Fiança Bancária, as Partes resolvem tornar ineficazes e inexigíveis as cláusulas da Escritura de Emissão que dispõem acerca das Garantias Reais, dos Contratos de Garantia e dos Contratos de Financiamento com o BNDES, observado o disposto na Cláusula 4.3.2 abaixo.

4.3.2. Com relação à Cláusula 5.1(d), à Cláusula 5.1(k), à Cláusula 5.1(x), à Cláusula 5.1(ee), à Cláusula 5.1(ff), à Cláusula 5.1 (gg) e à Cláusula 6.1.1(cc), bem como com relação a qualquer outra cláusula da Escritura de Emissão que contenha uma ou mais disposições e/ou obrigações além daquelas relativas às Garantias Reais, aos Contratos de Garantia e aos Contratos de Financiamento com o BNDES, referida cláusula deverá ser considerada ineficaz e inexigível tão somente naquilo que se refere às Garantias Reais, aos Contratos de Garantia e aos Contratos de Financiamento com o BNDES, permanecendo eficaz e exigível com relação a todos seus demais termos.

### **CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

5.2 A Emissora e a Acionista declaram e garantem, individualmente, que as declarações prestadas na Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento, com exceção daquelas declarações relacionadas especificamente às Garantias Reais e aos Contratos de Garantia.

5.3 Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal



julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.4 Este Aditamento, a Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento, da Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes da Lei nº13.105, de 16 de março de 2015, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Aditamento.

5.5 A Emissora arcará com todos os custos de registro e arquivamento deste Aditamento de acordo com os termos definidos na Escritura de Emissão.

5.6 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.7 Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.8 Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em [•] ([•]) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [--] de [--] de 2015.

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco.  
Seguem páginas de assinaturas.]*



*(Página de Assinatura do "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:



*(Página de Assinatura do "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**ARTERIS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:



*(Página de Assinatura do "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:





*(Página de Assinatura do "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, podendo ser Convolada Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Autopista Fernão Dias S.A.")*

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:



**Anexo IV**  
**Metodologia de cálculo do ICSD**

Fórmula de Cálculo:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

| Geração de Caixa da Atividade | Serviço da Dívida*                                                                | EBITDA                                                     |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| (+) EBITDA                    | (+) Amortização de Principal referente aos Contratos de Financiamento com o BNDES | (+) Lucro Líquido                                          |
| (-) Imposto de Renda          | (+) Pagamentos de Juros referente aos Contratos de Financiamento com o BNDES      | (+) Despesa/receita financeira líquida                     |
| (-) Contribuição Social       | (+) Amortização de Principal referente às Debêntures                              | (+) Depreciações e amortizações                            |
|                               | (+) Pagamentos de Juros referente às Debêntures                                   | (+) Provisão para imposto de renda e contribuições sociais |
|                               |                                                                                   | (+) outras despesas/receitas líquidas não operacionais     |

\* Caso a Emissora venha a contrair outras dívidas, as mesmas deverão ser contabilizadas para fins de cálculo do Serviço da Dívida.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 16/598.194-6              | J163892354053                        | 07/10/2016 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                                  |
|----------------------------------|----------------------------------|
| CPF                              | Nome                             |
| 092.480.538-23                   | MARIA DE CASTRO MICHIELIN        |
| 272.279.478-07                   | ALESSANDRO SCOTONI LEVY          |
| 269.468.818-77                   | INDIANARA COSTA DOS SANTOS SILVA |
| 361.756.998-66                   | BRUNO DE AMORIM FLORENTINO       |
| 109.809.047-06                   | MARCELLE MOTTA SANTORO           |

Belo Horizonte. Terça-feira, 18 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 101/104



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 16/598.194-6              | J163892354053                        | 07/10/2016 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                                  |
|----------------------------------|----------------------------------|
| CPF                              | Nome                             |
| 092.480.538-23                   | MARIA DE CASTRO MICHIELIN        |
| 272.279.478-07                   | ALESSANDRO SCOTONI LEVY          |
| 269.468.818-77                   | INDIANARA COSTA DOS SANTOS SILVA |
| 361.756.998-66                   | BRUNO DE AMORIM FLORENTINO       |
| 109.809.047-06                   | MARCELLE MOTTA SANTORO           |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Secretaria de Governo da Presidência da República  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, de nire 3130002642-6 e protocolado sob o número 16/598.194-6 em 11/10/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número ED.000.257-4/000, em 24/10/2016. O ato foi deferido digitalmente pela 4ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

| Assinante(s)   |                           |
|----------------|---------------------------|
| CPF            | Nome                      |
| 092.480.538-23 | MARIA DE CASTRO MICHIELIN |

### Documento Principal

| Assinante(s)   |                                  |
|----------------|----------------------------------|
| CPF            | Nome                             |
| 092.480.538-23 | MARIA DE CASTRO MICHIELIN        |
| 272.279.478-07 | ALESSANDRO SCOTONI LEVY          |
| 269.468.818-77 | INDIANARA COSTA DOS SANTOS SILVA |
| 361.756.998-66 | BRUNO DE AMORIM FLORENTINO       |
| 109.809.047-06 | MARCELLE MOTTA SANTORO           |

Belo Horizonte. Segunda-feira, 24 de Outubro de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL  
pág. 103/104





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) |                                    |
|----------------------------------|------------------------------------|
| CPF                              | Nome                               |
| 442.843.906-78                   | ARCANJO CARLOS PIMENTA             |
| 137.814.306-00                   | SONIA FERREIRA FERRAZ              |
| 043.128.766-06                   | LEONARDO FELIPE GERVASIO ABURACHID |
| 873.638.956-00                   | MARINELY DE PAULA BOMFIM           |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Segunda-feira, 24 de Outubro de 2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6049148 em 24/10/2016 da Empresa AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A, Nire 31300026426 e protocolo 165981946 - 11/10/2016. Autenticação: 1810845A6341D357929346020B62899ED2A9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 16/598.194-6 e o código de segurança p5Gv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 104/104